

O DEVER DOS MAGISTRADOS

ELIANA CALMON ALVES*

Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

"No justice, no peace". O grito de guerra dos negros de Los Angeles perturbou a vida americana, colocou em cheque a suficiência do Poder Judiciário da maior democracia do globo terrestre, deixando em perplexidade juristas do mundo inteiro.

Dois meses depois são assassinados, pela maior instituição mundial do crime organizado, dois magistrados italianos.

Mas, o que têm a ver estes acontecimentos com a festa de hoje, quando comemoramos o coroamento de uma árdua batalha intelectual pelos senhores vencida?

Considero de fundamental importância para os profissionais do direito meditar sobre os dois eventos aludidos. Daí o destaque, nesta oportunidade, quando, em nome do Tribunal, estou a saudar os novos colegas.

O primeiro acontecimento faz nascer a convicção da absoluta necessidade de aparelhar-se o Estado-Juiz para a obtenção da paz social, ao tempo em que sugere que a preocupação com a aplicação da justiça não é mais do Estado, mas exigência dos cidadãos.

O segundo realça a importância da atuação da Magistratura, entrave até para a mais forte organização criminosa que se tem notícia.

Se, por um lado, os destaques fazem vaidosos, a tantos quantos nós, que agimos como agentes do poder de julgar, por outro lado, trazem embutida a insuficiência da Justiça, como instrumento do poder estatal.



* Ministra do Superior Tribunal de Justiça a partir de 30/6/1999.

ALVES, Eliana Calmon. O dever dos magistrados. Correio Braziliense, Brasília, n. 10708, 24 ago. 1992. Caderno Direito e Justiça, p. 7.

Ora, se as nações civilizadas estão aturdidadas com a terceira onda que corrói os alicerces das instituições, o que dizer da Justiça Brasileira?

Aqui, sente-se o fenômeno com maior intensidade, mas sem a exata consciência da sua gravidade.

Os saques aos supermercados e armazéns, a ação dos justiceiros, o extermínio dos meninos de rua e o linchamento de criminosos pela revolta popular têm sido, no Brasil, o grito de guerra idêntico ao dos negros americanos.

Desnudado o problema, chega-se a uma só conclusão: grande parte do povo brasileiro não acredita na Justiça e em lugar de exigí-la, como foi feito em Los Angeles, volta-se para uma das mais primitivas formas de atuação do direito: a “vindita”.

Mas, em paradoxo, encontram-se os juízes de todo o País com uma carga de trabalho imensurável, incapazes de atuarem com eficiência.

E isto significa que a população ainda procura a Justiça.

Aqui, não se matam magistrados, não pela desimportância do Judiciário, mas pela maior eficiência dos nossos mafiosos de “colarinho” que, devagarzinho, de forma subliminar e velada, matam o espírito do cidadão partícipe, transformando o juiz em um ser sem perspectiva.

Cercado pelos bajuladores, amordaçado pelos rigores institucionais e solicitado pelo trabalho dimensionado além de suas forças físicas, queda-se o juiz-cidadão, consciente e idealista, deixando em seu lugar um burocrata categorizado, preocupado apenas em manter-se no “status de poder”.

O corpo sem alma escuda-se em uma autoridade que não tem, proclama uma neutralidade inverossímil e cai nos braços da “mídia”, na

tentativa de realçar as suas qualidades pessoais, medindo força popular com outros agentes políticos.

Apesar do descrédito, há tempo e espaço para salvar o Judiciário.

E esta é a proposta que se faz aos que, como os senhores, ainda não foram contaminados pelos vírus da burocracia medíocre, do formalismo exarcebado e da ataraxia das consciências.

É preciso que se acabe com a figura do juiz vestal, o terceiro “super partes”, acima do bem e do mal. Hoje, a autoridade só legitima quando reconhecido de fora para dentro das instituições.

É de absoluta necessidade que os magistrados não se preocupem em agir como se fossem parlamentares, cujo reconhecimento popular direto e imediato é o que lhes sustentam.

Os agentes políticos do Parlamento necessitam passar ao povo a imagem pessoal e prestar contas, pela imprensa, de como agem como delegados.

Os juízes, diferentemente, não sendo mandatários, têm base de sustentação institucional. Nenhum juiz pode crescer sozinho, porque impensável é a autoridade judicial solitária, sem engajamento institucional.

Esta visão que tenho do Judiciário me faz acreditar que somente uma postura coletiva será capaz de vencer a guerra velada contra a Justiça autêntica.

Para finalizar, não poderia deixar de referir-me às magistradas, às mulheres profissionais que enveredam hoje por um caminho por mim já percorrido.

Ainda enfrentamos uma sociedade desigual para as mulheres, cuja diferença não será superada só pela inteligência. É preciso que, no dia a dia, seja vigiada a discriminação como episódica e circunstancial, capaz de ser vencida pela determinação de quem sabe o que quer, sem descompromissar-se com a idéia de ser feliz.

E por tudo isto convido-os a serem cúmplices de um novo começo, onde não há lugar para discussões em torno de salários, mesas, cadeiras, funcionários, enfim problemas circunstanciais menores, sob pena de continuarmos a dizer o que disse ironicamente Epicuro: “Não é o veneno que está estragado é o frasco”.